



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

5413

Presidente da Mesa Diretora: Sebastião Wellington Pimenta de Figueiredo

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Diversos

Autoria: Maria Helena de Quadros Lopes

Data: 07/08/2001

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 47/2001. Institui a "Campanha Municipal Anual do Voluntário", a ser comemorada de 1º a 5 de outubro. (Referente à Lei nº 2.927, de 12/09/2001).

Controle Interno – Caixa: 9.1 **Posição:** 72 **Número de folhas:** 04

Espécie: PL
Categoria: Diversos
Cl: 9.1
Ordem: 72
nº fls: 02



47/2001

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº ____/2001

AUTOR:

Vereadora – Maria Helena de Q. Lopes

ASSUNTO:

Institui a Campanha Municipal Anual do Voluntário.

MOVIMENTO

- 1 - Entrada em 07/08/2001
- 2 - À Comissão Legislação e Justiça
- 3 - APROVADO EM 1ª EM. 23.08.2001
- 4 - APROVADO EM 2ª EM. 28.08.2001
- 5 - APROVADO EM 3ª EM. 30.08.2001
- 6 - _____
- 7 - _____
- 8 - _____
- 9 - _____
- 10 - _____

Caixa



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete: Vereadora / 1ª Secretária - Maria Helena Lopes

07.08.2001
comissão
PROJETO DE LEI Nº _____ / 2001

INSTITUI A CAMPANHA MUNICIPAL ANUAL DO VOLUNTÁRIO

A Câmara Municipal de Montes Claros (MG) aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica instituída a CAMPANHA MUNICIPAL ANUAL DO VOLUNTÁRIO.

§ 1º - A campanha instituída por esta Lei será comemorada anualmente, do dia 01 ao dia 05 do mês de outubro de cada ano, com a participação de entidades civis legalmente constituídas, cujos trabalhos e objetivos sejam direcionados à campanhas de solidariedade e ações de assistência social, sempre em prol de programas de voluntariado.

§ 2º - No período previsto no § anterior, serão desenvolvidas atividades relativas ao voluntariado, palestras educativas e de incentivo à prática do voluntariado nas escolas públicas municipais, aos hospitais e maternidades públicos e conveniados ao Sistema Único de Saúde, junto às instituições de assistência ao idoso, às unidades de ensino infantil municipais, e demais fundações e associações assistenciais, arrecadação e doação, às pessoas carentes, de gêneros diversos, como alimentos, vestuário e medicamentos.

Art. 2º - Dentro das atividades da campanha municipal anual do voluntário, será comemorado o **Dia do Voluntário**, sempre na data de 04 de outubro de cada ano.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das sessões da Câmara Municipal, 02 de Agosto de 2001

MARIA HELENA DE QUADROS LOPES
1ª Secretária

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E
JUSTIÇA
EM 07 DE A GOSTO DE 2001

PRESIDENTE

E' CONSTITUCIONAL E LEGAL
[Signature]
Maurício

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO POR
EM 23 DE AGOSTO DE 2001

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO POR
EM 28 DE AGOSTO DE 2001

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM 3ª DISCUSSÃO POR
EM 30 DE AGOSTO DE 2001

PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

1

ASSESSORIA JURÍDICA/LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI N.º _____/2001 QUE "Institui a Campanha Municipal Anual do Voluntariado", de autoria da Vereadora Maria Helena Lopes.

Projeto de lei enviado à Assessoria Jurídica da Câmara Municipal de Montes Claros - MG., para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

Referido projeto dispõe sobre a instituição da Campanha Municipal Anual do Voluntariado, com o objetivo de congrega a participação de vários segmentos da sociedade envolvidos em campanhas de solidariedade e ações de assistência social, prevendo ainda as atividades relativas ao voluntariado.

O art. 30 da C.F., em seu inciso I, assim dispõe:

**"Art. 30 – Compete aos Municípios:
I – legislar sobre assuntos de interesse local;**

CONCLUSÃO

O Projeto de Lei não fere nem contraria quaisquer disposições constitucionais ou seus princípios, pelo que é o mesmo **CONSTITUCIONAL**, e tampouco infringe normas superiores ordinárias ou complementares, sendo, de igual forma, **LEGAL**.

É o parecer, sob censura.

Câmara Municipal de Montes Claros-MG., 14 de agosto de

2001


**Adriano Borém Guimarães
Assessor Jurídico/Legislativo
OAB-MG 60.021**